

Minas prepara cortes para o ano que vem

Proposta orçamentária, de R\$ 13,1 bilhões, chega a ser menor que a de 1997

S7

Pedro Lobato
de Belo Horizonte

Em Minas Gerais o governo do estado está reduzindo em 13,85% o tamanho de seu orçamento para 99, em relação ao orçado para este ano. O corte soma R\$ 2,1 bilhões e retrocede o orçamento mineiro a números ligeiramente inferiores até mesmo aos de 1997. A proposta orçamentária já está tramitando na Assembleia Legislativa, prevendo receitas e fixando despesas em R\$ 13,1 bilhões. O orçamento aprovado para 98 foi de R\$ 15,2 bilhões e o de 97 tinha sido de R\$ 13,9 bilhões.

Na verdade o corte reflete o im-

pacto do acordo de refinanciamento da dívida mobiliária do Estado no valor de R\$ 14,2 bilhões, aí incluído o financiamento ao saneamento dos bancos mineiros que foram privatizados. No orçamento que está sendo cumprido este ano há uma previsão de gastos de R\$ 2,1 bilhões com a rolagem da dívida.

Pelo acordo, o governo mineiro terá 30 anos para quitar o refinanciamento, pagando a variação do IGP mais juros de 7,5% ao ano. O resultado é que o orçamento para 99 está destacando apenas R\$ 405,9 milhões, para amortização, juros e encargos da dívida, incluindo R\$ 40

milhões referentes ao serviço da dívida externa.

O orçamento prevê um crescimento de 4% das receitas, especialmente a proveniente do ICMS que é a mais importante. Conforme a previsão enviada ao Legislativo, o governo espera arrecadar, no próximo ano, R\$ 6 bilhões com o ICMS, quando a expectativa para 98 é de R\$ 5,8 bilhões. O total das receitas correntes previstas é de R\$ 11,2 bilhões, mas apenas R\$ 6,8 bilhões desse total representam receitas livres de vinculação.

O governo mineiro está contando, também com uma receita de R\$ 760

milhões resultante de alienação de ativos como a venda do controle da Centrais de Abastecimento (Ceasa), Cia. De Armazéns e Silos (Casemg), de parte de uma ampliação do capital da Cia. De Saneamento (Copasa) e de imóveis sem uso.

Os números da proposta apresentada ao legislativo indicam ainda uma ligeira redução na previsão de gastos com pessoal. Para 98, o orçamento prevê R\$ 6 bilhões e, para 99, a previsão é de R\$ 5,9 bilhões. O que significa que, na prática, o estado vai gastar cerca de 86% de suas receitas correntes livres com o pagamento de pessoal.